

## O CONCEITO DE LEITURA: DA POLISSEMIA EPISTÊMICA

Roselene de Fátima Coito

***Todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura.***

Roger Chartier, *Pratiques de la lecture*, 1985

### INTRODUÇÃO

Partindo da reflexão da epígrafe citada no início deste texto, a leitura pode ser considerada uma atitude submetida a uma ordem e a uma postura. Isto significa que ler é mais do que decifrar códigos como vem sendo dito há tempos por várias teorias. Começemos por refletir sobre ler como um “ato” imposto por determinada ordem.

Ordem, no senso comum, é o contrário de desordem e desordem, também no senso comum, pode significar bagunça, falta de regras, caos. No entanto, o conceito de caos, dependendo do lugar teórico de que advem, pode variar. Como bem asseverou o filósofo italiano Umberto Eco em *Interpretação e Superinterpretação*, grosso modo, o caos dependerá de se saber o limite entre a ordem e a desordem. Este filósofo parte da cultura grega para discutir sobre o limite. Este, se pautado no deus Cronos é linear e “matemático”, num horizonte em que o tempo é a “peça” principal de racionalidade. Já se partirmos da reflexão de que o limite é volátil, e não matemático e linear, estaremos pensando a racionalidade a partir de Hermes. Contudo, recebemos como herança grega o modelo de racionalismo preso à matemática. Desta herança, a matemática, estar na ordem é estar no *modus*, num limite que não o do deus Hermes, mas no *modus* das regras, das imposições do racionalismo ocidental.

Sobre as imposições, o filósofo francês Michel Foucault escreve sobre as coerções em seu texto *A ordem do discurso*. Para este estudioso, o discurso, que é a materialidade do texto, sofre coerções externas e internas. As coerções externas vêm do controle que a sociedade impõe à produção dos discursos. Este controle é um procedimento da exclusão: da palavra proibida, da divisão da loucura e da vontade de verdade. Da palavra proibida quando a mesma se manifesta no terreno da sociedade e da política; da loucura, quando a mesma desestabiliza a ordem vigente na sociedade; e, finalmente, da vontade de verdade, isto é, como são concebidos os conceitos de verdadeiro e de falso, o que só é permitido, segundo Foucault, numa *verdade mascarada*, ou seja, em representações artísticas e não científicas ou sociais.

Com relação ao controle de mecanismos internos do discurso, que exerce seu próprio controle, o francês aponta também três elementos, quais sejam: o comentário, o papel ou noção de autor e a limitação das disciplinas. O primeiro diz respeito à não-brancura do texto, ou seja, nenhum texto é novo. São textos que “permanecem transformados” na nossa cultura, como os religiosos, jurídicos, “literários” ou científicos; o segundo diz respeito à rarefação do discurso e à imposição de uma forma individual que estão diretamente relacionadas à questão da autoria; e, por último, a limitação das “disciplinas” que estabelece regras anônimas as quais classificam o saber e “colocam à margem tudo o que não conseguem assimilar”, conforme Souza (1995, p.2 e 3).

Como podemos notar, a ordem é também uma imposição, uma vigilância, um controle que, conforme Nietzsche em *O Nascimento da Tragédia*, grosso modo, tem como verdade o cerceamento dos instintos, que só passaram a ser permitidos no decorrer da história em manifestações artísticas. Da verdade que não pode e não deve ser dita, porque é uma vontade, os sujeitos sociais burlam as normas e as regras e fazem da arte uma vontade de potência.

No que diz respeito à palavra postura, ela pode ser lida, nesse momento, de duas formas: disciplina dos corpos, que por extensão significa também disciplina da mente, já que existe uma ordem estabelecida na e pela língua na produção do discurso e da leitura do mesmo, e modos de ler.

No que se refere à disciplina dos corpos, o ato de ler, dependendo do espaço em que ocorre, exige determinados movimentos do corpo ou, ainda, inatividade corporal. Movimentos no sentido de a mente estar trabalhando no ato

de ler ou o corpo mesmo se deslocando durante o percurso da leitura. Entretanto, no ambiente institucionalizado, como a escola, a igreja, a biblioteca, a leitura exige um corpo imóvel. Ou o corpo está sentado, numa postura ereta ou o corpo está ereto e em pé. Este tipo de ambiente, o institucionalizado, exige que o corpo fique na mesma posição durante horas, o que obriga o leitor a manter uma disciplina rígida no ato de ler.

Contudo, os modos de ler não se dissociam da disciplina dos corpos, se pensarmos, aqui, na postura como algo que envolve o espaço físico. E a história da leitura descrita e representada por meio relatos e por figuras que apresentam o cotidiano de um (possível) leitor mostra que o engajamento do corpo pode variar no ato de ler. Pode-se ler de pé, deitado, sentado, numa rede, num sofá, numa cadeira escolar, numa praça enfim em inúmeros lugares e posições. Outrossim, no ato de ler, pode-se ler em silêncio, em voz alta, em voz baixa, declamando ou até mesmo cantando. O que vai determinar a postura é o ambiente institucionalizado ou não. Além disso, os modos de ler dependem do suporte de leitura. Ler um livro exige uma postura diferente de ler um *e-book* ou um *e-ink*, como vem acontecendo com os leitores “tecnologizados”. Um impresso no papel exigirá mais força física do corpo do leitor do que um *e-book* ou um *e-ink* não só no ato de ler mas também no transporte do suporte de leitura. Dos modos de ler e suas condições de possibilidade o historiador francês Roger Chartier discute em seu livro *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Conversações com Jean Lebrun.

Em debate com Bordieu no livro *Pratiques de la lecture* (1985), no capítulo *La lecture: une pratique culturelle*, Chartier afirma que “as situações de leitura são historicamente variáveis”. O historiador questiona, ainda, o fato de muitos livros terem em seus títulos a palavra leitura, sem, no entanto, levar em conta se todas as coisas são, de fato, escritas para serem lidas, um questionamento pertinente que, todavia, não será abordado neste momento.

No que tange à atitude podemos pensar na questão política da leitura, como o faz Roger Chartier. Em um debate com o sociólogo Pierre Bordieu, Chartier propõe tocar no problema das condições de possibilidade da história da leitura. Quando o historiador se refere às condições de possibilidade da leitura, toca não apenas nas marcas gráficas do texto que “indicam” o percurso que o leitor deve fazer no ato de ler mas também na questão do impresso.

Chartier, quando argüi, sobre o impresso, refere-se a uma “política que leva em consideração a edição e o encontro entre o livro editado e o leitor, que organiza o conjunto de circuitos de distribuição ou que os organiza” (1985, p.224) e não somente na necessidade de leitura como artifício de autores e de seus direitos autorais, aliás outra discussão bastante pertinente que arrolaremos em reflexões posteriores e não neste momento.

Portanto, ter uma atitude de leitura, na qual se impõe uma ordem e uma postura envolve promover um *gesto* de leitura, de reflexão sobre o porquê da necessidade da leitura, o para quê da leitura, o para quem da leitura. Também pensar quais os dispositivos lingüísticos, históricos, sociais e culturais da leitura que permitem de fato o ler como ato, como gesto, como atitude e como prática.

Como a proposta aqui é discutir a polissemia epistemológica do conceito de leitura, vamos adotar, para a reflexão deste momento, tentando responder algumas questões postas, apenas duas vertentes que tratam da questão da leitura, quais sejam, a Análise do Discurso de orientação francesa e a História, mais especificamente da leitura sem, contudo, desmerecer já longos caminhos percorridos por estudiosos de outras áreas sobre este tema.

### **MOVIMENTOS DE LEITURA: Análise do Discurso e História(s)**

Abordar dois campos teóricos díspares para refletir sobre o conceito de leitura pode parecer contraditório. Contudo, no desenrolar deste trabalho cremos fazer entender o porquê desta confluência.

A análise de discurso de orientação francesa surgiu com os estudos do lingüista Michel Pêcheux nos anos 60-70, com o intuito de ser um dispositivo de leitura interpretativa de enunciados políticos. A proposta de Michel Pêcheux foi criar uma lingüística materialista. Por isso, naquele momento, foi intitulada de Análise **de** Discurso e não Análise **do** Discurso, como conforme consta do título desta parte da reflexão. Do Discurso porque, no Brasil principalmente, a Análise de Discurso se coloca como dispositivo interpretativo de leitura não só de enunciados do discurso político, mas também de outros suportes de leitura, como de textos literários por exemplo.

Neste momento histórico, os intelectuais franceses, em sua maioria, voltavam seus estudos para o materialismo histórico. O engajamento político era

predominantemente socialista. Althusser fazia, neste momento, a releitura do marxismo e discutia os mecanismos de controle do Estado por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Freud era relido por Lacan e Pêcheux fazia a releitura da lingüística e a ideologia na linguagem. Foi um momento em que a ciência de viés estruturalista estava sendo posta em xeque na França, principalmente desta lingüística da transparência da linguagem.

De acordo com Eni Orlandi, “Michel Pêcheux refletia em outro lugar o esforço teórico que ele mesmo fazia em relação ao objeto discurso em face da história, da lingüística e da psicanálise” (2003, p.11). Ainda de acordo com a estudiosa, “tendo o discurso como objeto era preciso re-pensar a questão da ideologia, passando pela linguagem” (id.ibid). Por isso para Denise Maldidier, “o discurso parece um verdadeiro nó” em que “o lugar teórico” intrinca suas “grandes questões sobre a língua, a história e o sujeito”. (2003, p.15). Esta estudiosa lança o texto fundamental para entender a proposta de Michel Pêcheux cujo título em francês é *L'inquietude du Discours – (Re)lire Michel Pêcheux aujourd'hui*, traduzido por Eni P. Orlandi, e que aponta os tateamentos iniciais da Análise de Discurso inaugurada por Michel Pêcheux e seu percurso ao final dos anos 1980 com seu livro *La vérité de la Palice*, traduzido por Eni P. Orlandi para o português como *Discurso e Semântica – uma crítica à Afirmação do obvio*, no ano de 1997 pela editora da Unicamp, São Paulo.

Depois desta empreitada de Maldidier, além de outros teóricos que tratam de Análise de Discurso, Jacques Guilhaumou faz um balanço dos trinta anos da Análise de Discurso na França. Em seu texto *L'analyse de discours du côté de l'histoire: une démarche interprétative* Jacques Guilhaumou traz uma reflexão da Análise de Discurso a partir dos anos de 1970. Diz ele que “les travaux em ce domaine des années 1990 ont modifié le paysage initial”. Assevera ainda o autor :

Au cours des années 1960 et 1970, avec les premiers pas de l'analyse de discours, l'analyse de discours comme objet de l'histoire s'est réduite progressivement à une « boîte à outils », constituée d'instruments pour l'essentiel lexicologiques et argumentatifs (2007, p. 178)

Durante este período, a Análise de Discurso, segundo Guilhaumou, era vista mais como uma ciência auxiliar da História do que uma ciência do entremeio. Diz este estudioso que, neste período, institui-se uma marcha de forças entre a Lingüística e a História, ou seja, a lingüística posiciona-se radicalmente diante da história, isto é, reforça que “está nela mesma o lugar de observação” (2007, p. 179) e a História se firma, neste momento, como ciência da totalização e argumento próprio e a Análise de Discurso fica ao lado da história “como simples aproximação interpretativa” (2007, p. 179).

Já nos anos de 1980, o cenário da análise de discurso muda. Conforme Guilhaumou, isso se deve a atenção que a Análise de Discurso retoma para o arquivo. Neste momento, a Análise de discurso se fortalece e se estabelece definitivamente como ciência ao lado da História. Para falar sobre esta questão da retomada ao arquivo, embora longa a citação, faz-se necessária para pontuar o posicionamento da Análise de Discurso. Argue Guilhaumou:

... Le programme “Analyse de Discours et lectures d’archives » autour de Michel Pêcheux, devait jouer un rôle essentiel en ce domaine. Alors que L’analyse de discours se revendique désormais comme une discipline constitué, l’analyse de discours côté de l’histoire s’organize de manière plus interpretative. Dans la lignée des travaux de Michel Foucault, elle renvidique une capacité propre à décrire des configurations d’énonces d’archives sur la base de l’intelligibilité déployée par les sujets concrets de l’histoire, y compris au sein d’espaces jugés marginaux où de nouveaux acterues de l’histoire contribuent à introduire des arguments inédits dans le cours mêmes de leur action. (2007, p. 179-180).

Ao longo de sua reflexão, Guilhaumou sugere que “o modo configuracional de análise de discurso, pelas noções de acontecimento, de sujeitos emergentes, de trajetos temáticos, de objetos discursivos não revelam de imediato o questionamento do lingüista”, mas que “abordar a materialidade da língua na discursividade do arquivo fornece trabalho ao lingüista” (2007, p. 180), pois que se devem observar os dispositivos singulares do arquivo.

Também assevera este autor que resta à nova geração de historiadores do discurso “colocar conjuntamente a questão da história em análise de discurso

e as alianças que a análise de discurso pode contrair com os domínios próprios da história” (2007, p. 183) – das idéias, das mentalidades e das representações, esta última “com uma certa dose de metadiscorso interpretativo distinto dos recursos próprios do arquivo” (2007, p. 183).

Esta reflexão de Guilhaumou da análise de discurso ao longo de trinta anos, como vimos, pauta-se nos eixos principais da inauguração da Análise de Discurso preconizada por Michel Pêcheux e estendida a Michel Foucault, pois que ambos não se dissociaram da História, mesmo pensando na imanência da língua, mas não em sua transparência. Sobre esta não-transparência e posturas teóricas de cada qual, a analista do discurso Maria do Rosário Gregolin discute com bastante profundidade, clareza e pertinência, em seu livro intitulado *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*.

No Brasil, a Análise de discurso de orientação francesa respaldada nos estudos pêcheuxtianos foi trazida pela estudiosa Eni Pulcinelli Orlandi. Orlandi, a qual mantém sua “filiação teórica” de analista de discurso exclusivamente em Michel Pêcheux até os dias de hoje. Contudo, faz-se necessário pontuar, mesmo que de uma forma breve, o ponto de partida de Michel Pêcheux na construção e constituição da Análise de Discurso.

Para Pêcheux, o sujeito – autor ou não – é descentralizado e nesta descentralização são estabelecidas a identidade e a alteridade dos sujeitos, que têm a ilusão de serem donos do seu dizer. Desta reflexão, no primeiro momento da Análise de Discurso pêcheuxtiana, desenvolve-se o conceito de formações imaginárias, ou seja, a imagem que o *eu* faz ou cria para o *tu*, pois o sujeito precisa de algo que lhe dê reconhecimento; num segundo momento, o filósofo se apropria dos estudos de Lacan (em sua releitura de Freud) e de Althusser (em sua releitura de Marx) para tratar a questão deste sujeito cindido.

Ao tratar, nesse segundo momento da Análise de Discurso, da questão da ilusão do sujeito, Pêcheux observa duas formas de esquecimento, quais sejam: o sujeito – *eu*, no nível do inconsciente, não se apercebe de que o sentido já está na Ideologia e não nele; o segundo, no nível do consciente, o sujeito- *moi*, acha que ele sabe do que ele está falando. Portanto, nessas formas de esquecimento, há a ilusão da evidência do sentido, vinda do leitor, e a ilusão do que sabe o que está dizendo, vinda do autor. Esta ilusão-evidência do sentido deve ser desconstruída para que se encontre o sentido, o qual se materializa no

processo discursivo, que é uma rede de mecanismos de sentido. Esta rede se dá tanto na escritura quanto na leitura. E é neste sentido que Eni Orlandi trata a questão do discurso. Em seus livros, a questão da leitura pensada como produção de sentidos é primordial.

Arrolaremos, então, para esta reflexão, os apontamentos e a localização da Análise de Discurso, no Brasil, mais especificamente aquela discutida por Eni P. Orlandi em relação à produção da leitura e suas condições.

Ela começa dizendo que a leitura é produzida e que é o momento crítico da constituição do texto por ser o momento privilegiado da interação verbal. A Análise do Discurso a entende como o desencadeamento do processo de significação, já que, para ela, importa como se lê, e não o que se lê.

O processo de leitura se configura na confrontação do autor e do leitor em suas condições de produção. Essas condições revelam a leitura, na perspectiva de discurso, o qual vive da incompletude de dois contextos: do contexto da enunciação e do contexto sócio-histórico. Contexto da enunciação quando se pensa no autor e no leitor como sujeitos, ou seja, na exterioridade do discurso que, para a análise do discurso, ocorre em três níveis: sujeito do enunciado (contexto lingüístico), o sujeito da enunciação (contexto da enunciação) e o sujeito textual (contexto textual). Estes sujeitos vivem das relações de forças da língua, do discurso e da sociedade. Da língua quando a mesma impõe uma ordem; do discurso quando a voz que o profere está autorizada a dizer o que diz e, da sociedade quando a voz autorizada ocupa um lugar no discurso para dizer o que diz. Neste último contexto, a Análise do Discurso pensa os sujeitos sociais que têm autoridade para dizer determinados discursos em determinados contextos, principalmente os institucionalizados como, por exemplo, o professor em sala de aula, o autor de literatura diante do cânone ou ainda o padre ou o pastor numa cerimônia religiosa.

A ordem e as relações de forças no contexto sócio-histórico devem-se ao momento histórico vivido pela voz autorizada. Um exemplo disto está bem próximo de nós quando pensamos no texto literário. A autora Clarice Lispector lança seu primeiro livro *A paixão segundo GH*, em 1943, mas a crítica literária brasileira daquele momento, de um modo em geral, rejeita-a, e só nos anos 1960 a crítica começa a reconhecê-la como escritora de literatura, porque estudantes universitárias passam a estudar, refletir e debater seus textos. Também sobre

isso, discuto em minha tese de doutorado *Uma leitura inquieta: o leitor infantil nos mistérios de Clarice Lispector* (Coito, 2003).

O contexto sócio-histórico também se refere à relação que um texto tem com outros que poderiam ter sido produzidos naquelas condições e não o foram, porque a leitura estabelece uma interação que se realiza por meio de pressupostos, de subentendidos, de intertextualidade (esta que para a análise do discurso é tida como relação de sentidos) e do interdiscurso. A incompletude do texto deriva da relação com situação e com os interlocutores, já que o texto é o lugar dos sentidos.

A relação dos interlocutores entre si, os quais não se referem a um falante, mas à sua posição no discurso através de regras de projeção, parte do conceito de Michel Pêcheux das formações imaginárias, as quais são mecanismos de funcionamento do discurso. Elas, as formações imaginárias, estabelecem relações de sentido (todo discurso se relaciona com outros), relações de força (o sujeito constitui sua fala influenciado pelo lugar de onde fala ou pela posição ocupada naquele momento) e de antecipação (o sujeito pode se antecipar ao seu interlocutor e este, mudar o modo de dizer).

Contudo, em qualquer nível de sujeito existem diferentes tipos de leitores, os quais possuem diferentes experiências de linguagem e também de leitura. Esta, dependendo do suporte em que é materializada, exige estratégias diferentes que correspondem a diferentes modos de interação. Por exemplo, ler um texto literário exige dispositivos diferentes de leitura de uma bula de remédio. Provavelmente, o texto literário apresentará um grau maior de polissemia do que um texto científico. Contudo, ambos exigirão conhecimentos específicos de linguagem. Por isso, a relação de interação com a leitura dependerá de diferentes níveis de sujeitos que ocorrem em três níveis (do enunciado, da enunciação e textual), como vimos anteriormente, e em diferentes tipos de discurso.

Se em qualquer nível de sujeito existem diferentes tipos de leitores, podemos fazer uma aliança com os estudos do historiador Roger Chartier para pensar a leitura, respeitando as bases fundamentais epistemológicas da Análise de/do Discurso e da História da Leitura.

Em um livro organizado por Chartier, intitulado *Pratiques de la lecture*, Chartier, em seu texto homônimo, toma a leitura como prática cultural. Nesta

prática, diferencia tipos de leitores, quais sejam: *liseurs* (grandes leitores), *lecteurs* (leitores de ocasião), os *lectores* (leitores profissionais) e os *lisantes* (leitores em potencial). Para tal categorização, Roger Chartier se pauta nas figuras antigas da leitura (dentro ou fora dos textos). Tais figuras, de acordo com o historiador, representam maneiras de ler estranhas às do nosso tempo, maneiras de ler que não são separadas das práticas de escritura, seja pela cópia ou pelo cotidiano (perigos da escrita, leitura íntima, segredo, subversão).

Se pensarmos que estas figuras que representam maneiras de ler são materializações do dizer de uma dada época, seja o dizer entendido como discurso ou narrativa, e este dizer de quem escreve ou de quem lê, dependendo do *verdadeiro da época* pode se revelar perigoso, não desconsiderando o fato de que quem escreve é também leitor e que nem sempre quem lê é escritor, tanto que Denis Diderot, em *Jacques*, o fatalista, de 1796, já se perguntava: “Quem deverá ser o mestre? O escritor ou o leitor?”, a leitura passa a ter novos olhares e o seu conceito abrange uma maior polissemia.

Chartier assevera que “todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura” (1985, p. s/d). Tal atitude tem um protocolo, o qual, de acordo com ele, “define quais devem ser a correta interpretação e o justo uso do texto e, ao mesmo tempo, desenha seu leitor ideal” (id. ibid). Continua ainda o autor dizendo que,

deste [o leitor ideal], autores e editores tem sempre uma clara representação: são as competências que lhes supõem que guiam seu trabalho de escritura e de edição, são os pensamentos e os caminhos que eles desejam que fundem seus impulsos e os efeitos de persuasão. (1985, p. s/d)

Roger Chartier não desvincula a leitura de todo o processo de “produção do ler”, que envolve não só os atos de ler e do escrever, mas também a circulação do impresso e como esta circulação produz sentidos entre autor, leitor via editor na sociedade. Por isso, ele lança neste seu texto várias reflexões do texto anteriormente citado, com as quais vamos nos restringir, aqui, ao ler, às figuras do ler e às figuras de leitura.

Em linhas gerais, nas reflexões que se voltam ao ler, Chartier assevera que ler se aprende na escola (aprendizagens regradas, institucionalizadas) e fora dela (cultura já penetrada, trabalhada pelo escrito, mesmo que seja pela fala ou memorização).

Quanto às figuras do ler, a primeira questão que o historiador francês lança se refere às condições de possibilidade de uma história das práticas de leitura. De acordo com o estudioso, essas condições tem sua raiz na história do impresso e, ao mesmo tempo, nos usos, manejos, formas de apropriação e da leitura do material impresso. Chartier ainda assevera que a história do impresso deve ser entendida, com seus avanços, como a história de uma prática cultural.

Construir este caminho da história do impresso a uma história da prática cultural supõe que sejam reavaliadas criticamente duas tradições que pesam implícita e explicitamente sobre a marcha histórica. Diz Chartier que a primeira é antiga e lê os textos ignorando seus suportes; a segunda, é que “uma história da leitura deve fundar-se também contra uma tradição, mais recente, da sociologia histórica da cultura. Isto leva a dois objetivos fundamentais: estabelecer as correlações entre pertenças sociais e produções culturais...” (1985, p. 67)

Chartier faz esta observação porque discute também o acesso ao livro. Segundo o historiador, ter acesso ao livro pode sugerir que o leitor tem acesso ao livro. Mas como se configura esse sujeito leitor na sociedade? Diz ele que na sociedade antiga, na Inglaterra do século XVIII e na Alemanha, fez-se um estudo de quem era considerado leitor a partir dos contratos de casamento, em que o sujeito demonstrava seu conhecimento da língua na assinatura. Contudo, há duas constatações do ler, de acordo com Chartier: na sociedade antiga, o aprendizado da leitura acontece antes dos sete anos, geralmente fora da escola, graças aos cuidados da mãe, de uma mulher ou de um pedagogo; de outra parte, somente aos oito anos, geralmente quando a gramática é utilizada para o bem escrever. Contudo, meninos de classes menos favorecidas começavam aos sete/oito anos a trabalhar para ajudar na renda familiar, e isso resultava numa população de leitores em potencial (*lisantes*) já trabalhando, confirmando que a assinatura pertencia à aprendizagem da escritura.

Diz ainda Chartier que em todas as sociedades do Antigo Regime e ainda no século XIX, existe, com efeito, uma alfabetização feminina reduzida a uma só

leitura (geralmente textos que tratam sobre a mulher e seu papel no casamento e normas de boa conduta no matrimônio), conforme uma representação comum, que não é somente popular, desta que deve ser a educação das meninas.

Chartier também não deixa de tocar nas habilidades lexicais no ato de leitura. Ele assevera que, nas sociedades tradicionais, estas habilidades se pautam na capacidade de decifração do escrito e que, com isso, a sociedade mascara a divisão entre leitores alfabetizados dos analfabetos iletrados. Chartier amplia sua reflexão sobre as habilidades, pensando-as como impulsos sócio-culturais em dada sociedade quando da diferença entre leitura oralizada e leitura silenciosa. Portanto, não só as competências lexicais, mas também a diferença entre leitura engendram relações contrastivas entre o leitor e o objeto lido.

Nessas relações contrastivas, temos a leitura intensiva e a leitura extensiva. A leitura intensiva se relacionava, na sociedade do século XVI/XVII, com aquela de poucos livros, como a Bíblia, o almanaque e as obras de piedade; a extensiva entre 1750 e 1850, na Alemanha e na Nova Inglaterra, países protestantes, a Bíblia não é o texto principal e único, porque os clérigos e os vigários não emprestavam a Bíblia. Eles eram os intermediários da língua de Deus. Há leitura de textos numerosos, lidos numa relação de intensidade, silenciosa e individualmente. Na França, na casa de camponeses, havia poucos livros, como os romances de cavalaria da Biblioteca Bleu, e a leitura familiar era restrita ao almanaque. Na capital, culturalmente privilegiada, o mesmo se sucedeu durante todo o século XVIII.

As representações de leitura, no século XVIII, de acordo com Chartier, eram de intimidade, como se o livro fosse o companheiro da solidão. Também o ambiente em que a leitura é representada sugere, pelo tipo de móvel, de luz, uma leitura mais solta, mais tensa ou, ainda, mais concentrada. A decoração com uma biblioteca é o signo de um saber ou de um poder. Por isso, não se pode considerar, segundo o historiador, o impresso como um “suporte neutro nem como uma unidade boa” (1985, p 78), pois envolve de um lado, o processo de fabricação e, de outro, as formas mesma do material que lhe é dado a ler.

Como vimos, a história da leitura questiona não o que ler e não só como ler, mas também os modos de ler e suas representações sociais que revelam práticas, hábitos e atos de ler que sustentam a “cultura” da própria leitura.

## DE UMA POSSÍVEL CONCLUSÃO

Enquanto a Análise do Discurso toma a exterioridade na interioridade do discurso sem descartar o histórico-social do ato de ler e do processo de leitura que produz sentidos da língua na sociedade, a História da leitura realizada por Roger Chartier instaura um outro olhar possível sobre o ler, o qual não se dá somente na materialidade do texto, mas também na materialidade do livro e do impresso em geral como suportes de leitura.

Pensar a leitura e sua diversidade não se restringe, nos dias de hoje, à formação do indivíduo, como o queriam filósofos gregos e latinos.

O filósofo grego Platão preconizava a leitura de textos que representassem a vida de homens nobres, os quais eram a elite na sociedade grega. A nobreza estava respaldada em valores morais (bastante cristãos embora ainda não houvesse o cristianismo) daquela sociedade. Sêneca, o filósofo latino, “amplamente difundido e debatido no Humanismo europeu ocidental”, (PASCHOAL, 2007, p. 195) da corrente estoicista, via na leitura um caminho para a virtude e não para o prazer. Isto de acordo com Paschoal, “relaciona-se com a formação do cânone que, de certa forma, cooperou para o desenvolvimento do pensamento ocidental” (2007, p. 195). Há duas traduções que Paschoal faz da Carta de Sêneca a respeito da diversidade na leitura que valem a pena serem citadas:

Tu deves restringir-te a um número determinado de pensadores e nutrir-te deles, se quiseres tirar disto alguma coisa que seguramente se sedimente em teu intelecto. Quem está por toda parte, não está em lugar algum.

(2007, p. 199)

O outro enunciado traduzido é:

[...] Muitos livros apenas dispersam o intelecto [...] Esta é a característica de um estômago mal acostumado: experimentar muitas coisas porque são diferentes e muito variadas apenas onera o corpo, mas não o sustenta.

(2007, p. 199)

Não é mais possível pensar a leitura como um cânone de poucos eleitos, como o queria Sêneca no século I d. C. A situação é outra, a sociedade é outra, a época é outra e o impresso é múltiplo em sua materialização e em sua materialidade.

Também as epistemes são variadas e cada qual trata a questão da leitura partindo de seus fundamentos teóricos. As escolhas para os dispositivos de leitura, da leitura e das leituras, cabem a cada um e que cada um lute por elas, como diz Eni Orlandi, pois são, acima de tudo escolhas políticas. Contudo, quando as alianças entre epistemes forem realizadas, far-se-á necessário, pontuar cada qual e ver até onde é possível o casamento entre elas. Teorias são bússolas de orientação de leitura e não “camisas de força” e nem sempre, ou quase nunca, uma única teoria consegue responder a todos os suportes de leitura.

Por isso, o ler é não só uma atribuição de sentidos, mas também suas “traduções” em uma dada época, em uma dada sociedade, em uma dada situação e em diferentes suportes de leitura.

Portanto, deixamos como reflexão final, a assertiva de Roger Chartier: “A leitura tem uma política. Ela supõe projetos e discussões, intenções e reformas. Mas ela exige que sempre sejam questionadas suas razões e suas condições de possibilidade” (1985, p. s/d).

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Cadernos Linguísticos, Campinas, 1990.

BORDIEU, Pierre & CHARTIER, Roger. *La lecture : une pratique culturelle*. In : «Pratiques de la lecture». Éditions Rivages- Paris, 1985.

CHARAUDEAU, Patrick e& MAINGUENEAU. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. (organizador e autor) *Pratiques de la lecture*. Éditions Rivages – Paris, 1985.

\_\_\_\_\_. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmelo Correa de Moraes. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999 – (Prismas)

\_\_\_\_\_. *As revoluções da leitura no Ocidente*. In: “Leitura, História e História da leitura”, organizado por Márcia Abreu. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: Fapesp, 1999 – (Coleção Histórias de Leitura)

COITO, Roselene de Fatima. *Uma leitura inquieta: o leitor infantil nos mistérios de Clarice Lispector*. Tese de doutorado defendida no ano de 2003, na UNESP-Campus de Araraquara, São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Maria do Rosário V. Gregolin.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. Trad. MF&Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos)

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições São Paulo: Loyola, 1996 – Leituras Filosóficas.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 1 ed. São Carlos: Claraluz Editora, 2004, v 1, 220p.

GUILHAUMOU, Jacques. *L'analyse de discours du côté de l'histoire : une démarche interprétative*. In : « langage & Société n 121-122 – septembre-décembre 2007. Éditions de la Maison des sciences de l'homme, Paris, 2007.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso*. (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. *O objeto de ciência também se lute por ele*. In: A Inquietação do Discurso. (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

PASCHOAL, Stéfano. Tradutor da *Carta de Sêneca sobre a diversidade na leitura*. Revista Trama – Volume 3 – Número 5 – 1 Semestre de 2007 – Cascavel: Edunioeste. p. 195-200.

SOUZA, Adalberto de Oliveira. *Apontamentos n29 – A ordem do discurso de Michel Foucault*. Universidade Estadual de Maringá- Paraná, Janeiro/1995.